



Governo do Estado de Roraima
Departamento Estadual de Trânsito de Roraima
"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"

CONTRATO 141 DETRAN/PRESI/DAFI/GESCON

CONTRATO N.º. 013/2024

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado o **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE RORAIMA – DETRAN/RR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 22.900.328/0001-05, com sede localizada na Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes, n.º 4214, Bairro Aeroporto, nesta Cidade, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, representado neste ato pelo seu Diretor Presidente Interino, Senhor **GUERES PEREIRA MESQUITA**, brasileiro, servidor público estadual, portador da Carteira de Identidade n.º 162.029 - SSP/RR, devidamente inscrito no CPF sob o n.º 626.593.672-72, residente e domiciliado nesta Capital, e de outro lado a empresa, **T C DE ANDRADE MEDEIROS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 41.843.268/0001-72 com sede, na Av. Ataíde Teive, n.º 3809, Bairro Asa Branca, Boa Vista, doravante denominada **CONTRATADA**, aqui representada pelo Senhor **DANIEL MEDEIROS LIMA**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade n.º 187190 e inscrito no CPF/MF sob o n.º 785.994.152-04, residente e domiciliado nesta capital, com base nos termos do **Processo n.º. 19301.002086/2024.24**, bem como em observância aos preceitos da Lei n.º. 14.133/21, com suas ulteriores alterações e demais legislação complementar que rege a espécie, pactuam o presente Contrato, mediante as seguintes Cláusulas e condições:

1. OBJETO E VIGÊNCIA

1.1 Contratação de empresa especializada na locação de computadores juntamente com monitores LCD 21,5” (ou superior), periféricos (mouse e teclado), cabos de alimentação bivolt e cabos de saída de vídeo (VGA/HDMI), incluindo Sistema Operacional Windows 10 Pro ou superior, com pacote de edição de texto, planilhas, leitor de PDF e ferramentas administrativas, com garantia ON-SITE do fornecedor.

1.2. O objeto desta contratação se enquadra em um bem comum, conforme art. 20 da Lei n.º. 14.133/2021.

1.3. O prazo de vigência do contrato é de 5 (cinco) anos contados da última assinatura, nos termos do art. 106 da Lei n.º. 14.133, de 2021, prorrogável por até 10 anos, conforme o art. 107 da mesma lei, tendo eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado, conforme prevê o art. 89, §§ 1º e 2º, da mesma lei.

1.3.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

1.3.2. A ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses contados da sua assinatura.

1.3.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.4. O custo médio estimado total da contratação é de **R\$ 57.988,32 (cinquenta e sete mil novecentos e oitenta e oito reais e trinta e dois centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela.

2. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1 A Divisão de Tecnologia da Informação - DITI - DETRAN RR, buscando sempre a eficácia, performance tecnológica e proteção de dados, focando no aumento de produtividade e eficiência em seus serviços tecnológicos, tanto aos seus colaboradores, quanto para os contribuintes, e prezando sempre os pilares da economicidade, eficiência e vantajosidade, vem apresentar diante deste estudo técnico preliminar a contratação de empresa especializada na locação de computadores e seus periféricos (teclado, mouse) juntamente com monitores LCD 21,5” (ou superior), incluindo Sistema Operacional Windows 10 Pro ou superior, com pacote de edição de texto, planilhas, leitor de PDF e ferramentas administrativas, com garantia ON-SITE do fornecedor, visando suprir a carência de ativos de informática, conforme as especificações e condições estabelecidas no estudo e edital.

2.2 A decisão pela locação de computadores exige o entendimento das necessidades e das expectativas da autarquia:

2.2.1 Menos Comprometimento para Investir

2.2.1.1 Esse talvez seja, para os gestores, o fator mais importante da locação. Computadores são equipamentos caros e, a depender do tamanho da empresa, o investimento em uma atualização completa pode ser muito alto.

2.2.1.2 Isso significa recorrer e comprometer linhas de crédito. Neste caso, com a locação de máquinas, esse recurso pode ser utilizado em estratégias vitais de crescimento ou, até mesmo, ser destinado para emergências.

2.2.1.3 Como a assinatura de um contrato de locação é mensal, o custo se torna menor e é amortizado ao longo dos meses. Assim, a administração tem mais previsibilidade em seu orçamento.

2.2.2 Computadores Sempre Atualizados

2.2.2.1 Por se tratar de um grande investimento, que envolve muito planejamento, as TIs tendem a esticar ao máximo os ciclos de atualizações — ficando, assim, com equipamentos defasados.

2.2.2.2 Quando aluga os equipamentos em vez de comprá-los, isso deixa de ser uma preocupação. O contrato pode ter prazos melhores e prever a adequação perfeita para cada necessidade. Dessa forma, o órgão sempre contará sempre com os computadores topo de linha e sendo sempre renovados/substituídos periodicamente, sem custos adicionais.

2.2.3. Mais Segurança

2.2.3.1 Se as máquinas estiverem atualizadas, serão naturalmente mais seguras. A proteção de dados é sempre uma corrida passo a passo contra os criminosos virtuais, que descobrem brechas e exploram quem ainda utiliza versões antigas de softwares e hardwares. Sem defasagem de equipamentos, as suas barreiras são mais fortes.

2.2.4. Menos tempo da TI gasto com manutenção

2.2.4.1 A equipe de TI do futuro precisa estar muito mais presente nas reuniões estratégicas do que servindo de suporte à operação. Ao assumirem essa nova responsabilidade, os chefes do setor e divisões precisam de mecanismos que facilitem tarefas rotineiras e repetitivas, como a manutenção dos computadores. No caso da locação, muitas dessas funções ficam a cargo da empresa parceira. É um enorme peso operacional que sai dos seus ombros — liberando espaço para uma atuação mais estratégica.

2.2.4.2 As entidades públicas se beneficiam do aluguel ao receberem suporte e poderem prever atualizações tecnológicas durante o período do contrato.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1 Descrições, especificações técnicas e quantitativos

3.1.1 Tabela de descrição, especificação e quantitativo do Objeto: Contratação de empresa especializada na locação de computadores e seus periféricos USB (teclado, mouse) juntamente com monitores LCD 21,5” (ou superior), com garantia e suporte ON-SITE:

ITEM	OBJETO	QUANT.
1	COMPUTADOR: GABINETE TIPO: TORRE, PROCESSADOR CORE I5 (1ª, 2ª OU 3ª GERAÇÃO) 4MB DE CACHE, FONTE DE ALIMENTAÇÃO 180W OU SUPERIOR, 4GB DE MEMÓRIA RAM OU SUPERIOR, COM FREQUÊNCIAS DDR3 1066 OU 1333, INTEL® HD GRAPHICS INTEGRADO (ON-BOARD) ARMAZENAMENTO: SSD-120GB OU SUPERIOR + PERIFÉRICOS USB	13

	(MOUSE E TECLADO) + CABOS DE ALIMENTAÇÃO BIVOLT (NOVO PADRÃO). SEM MONITOR. COM SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10 PRO OU SUPERIOR + PACOTE DE EDIÇÃO DE TEXTO, PLANILHAS, LEITOR DE PDF E FERRAMENTAS ADMINISTRATIVAS.	
2	KIT: COMPUTADOR: GABINETE TIPO: TORRE, PROCESSADOR CORE I5 (1ª, 2ª OU 3ª GERAÇÃO) 4MB DE CACHE, FONTE DE ALIMENTAÇÃO 180W OU SUPERIOR, 8GB DE MEMÓRIA RAM OU SUPERIOR, COM FREQUÊNCIAS DDR3 1066 OU 1333, INTEL® HD GRAPHICS INTEGRADO (ON-BOARD), ARMAZENAMENTO: SSD-256GB OU SUPERIOR, + PERIFÉRICOS USB (MOUSE E TECLADO) + CABOS DE ALIMENTAÇÃO BIVOLT (NOVO PADRÃO) + CABOS DE SAÍDA DE VÍDEO (VGA/HDMI). COM SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10 PRO OU SUPERIOR + PACOTE DE EDIÇÃO DE TEXTO, PLANILHAS, LEITOR DE PDF E FERRAMENTAS ADMINISTRATIVAS. + MONITOR: 21,5" <i>POLEGADAS</i> (OU SUPERIOR).	13

Observação: Serviços de implantação, configuração e instalação, do fornecedor (ou fabricante), já estão inclusos nesta contratação.

3.2 Vantagens da Contratação

3.2.1 Objetivo Geral: Garantir a disponibilidade de parque tecnológico do Departamento Estadual de Trânsito de Roraima - DETRAN RR.

3.2.2. Objetivo Específico: Disponibilizar/ampliar o parque tecnológico da autarquia, no que diz respeito ao uso de computadores, visando suprir a carência de ativos de informática e o aumento de produtividade dos colaboradores da instituição.

3.3 Benefícios

3.3.1. Ter o equipamento somente pelo tempo necessário: Imagine ter que investir em computadores para cada novo projeto, bem como para cada nova contratação de funcionários — seria um custo alto e constante, e nada vantajoso. Através da locação de equipamentos, temos computadores disponíveis apenas pelo tempo necessário, com uma alta flexibilidade contratual com as empresas que fornecem esse serviço.

3.3.2. Tecnologias sempre atualizadas: Manter-se atualizado no que diz respeito à tecnologia é fundamental para o bom funcionamento das operações.

Uma das grandes vantagens com a locação é que as máquinas chegam até a instituição constantemente atualizadas.

3.3.3. Economia em suporte técnico: Contar com uma quantidade significativa de computadores é quase um sinônimo de precisar manter uma equipe de suporte técnico interna com muitos colaboradores.

3.3.4 Os serviços de locação de computadores oferecem assistência técnica já inclusa, já que disponibilizam toda a estrutura necessária. Logo, a economia é maior ainda, pois sempre que precisar, a instituição poderá acionar os serviços contratados, com suporte imediato (*para as máquinas locadas somente*), sem ônus.

3.4 Alinhamento Estratégico

3.4.1. Garantir a disponibilidade de estrutura tecnológica da autarquia para que suporte as demandas a que se destina com os seguintes objetivos estratégicos e metas:

3.4.2 Garantir a infraestrutura e parque computacional que suporte as demandas da instituição.

3.4.3 Garantir a disponibilidade de computadores em quantidades essenciais para o público interno, haja visto a alta demanda por parte dos colaboradores e a carência de ativos de informática.

3.5 Confidencialidade de informações

3.5.1. Os conhecimentos, dados e informações de propriedade do DETRAN-RR, tanto tecnológicos como administrativos, tais como: produtos, sistemas, técnicas, estratégias, métodos de operação e todos e quaisquer outros, repassados por força do objeto do contrato, constituem informação privilegiada e possuem caráter de confidencialidade.

3.5.2. Estas informações poderão ser utilizadas, só e exclusivamente, no cumprimento da execução das cláusulas e condições estabelecidas no contrato, sendo expressamente vedado à CONTRATADA:

- Utilizá-las para fins não previstos no instrumento contratual.
- Repassá-las a terceiros e/ou empregados não vinculados diretamente à execução do objeto contratado.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)

4.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas: Tratar-se de fornecimento de pronta entrega.

4.3. Fornecer materiais em conformidade as especificações contidas nesse TR, devendo atender as normas exigidas no Código do Consumidor.

4.4. Fornecer materiais em embalagens unitárias, contendo informações referente peso, dimensões, prazo de fabricação, validade, **conforme o caso**, e demais informações que se façam necessárias para o perfeito manuseio e transporte dos mesmos, além dos dados do fabricante, como razão social, CNPJ e endereço.

4.4.1. Os materiais que por sua natureza dependem de prazo de validade do fabricante deverão apresentá-lo constando em sua embalagem data de fabricação e validade, e somente serão aceitos na entrega o prazo de validade vigente.

4.5. Atentar às práticas de sustentabilidade, que deverão ser previstas no que couber, conforme os termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Guia Nacional de Licitações Sustentáveis.

4.6. Os produtos devem ser reconhecidamente de primeira qualidade e de primeiro uso, novos, sem qualquer vício ou avaria, com garantia do fabricante.

5. REQUISITOS TÉCNICOS

5.1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

5.1.1. A CONTRATADA deverá fornecer os itens do objeto em sua totalidade, tanto hardware (equipamentos) quanto softwares, ambos sendo de total responsabilidade da contratada, inclusive licenças de software para o devido uso.

5.1.2. O recebimento e assinatura de atesto do mesmo somente ocorrerá após total conferência do pleno funcionamento conjunto do equipamento (hardware + software), sendo todos os computadores ligados e testados, simulando operações administrativas básicas.

5.1.2. As especificações técnicas dos itens previstos neste documento a serem adquiridos estão descritas no item **3.1 (Descrições, especificações técnicas e quantitativos)** deste Termo de Referência.

5.2. A CONTRATADA deverá prestar - obrigatoriamente - suporte e garantia ON-SITE de seus equipamentos e softwares, sendo este um item desclassificatório e inclusive respaldando para cancelamento de contrato.

5.3. A CONTRATADA deve possuir um sistema para abertura de chamados e controle de realização dos serviços nos equipamentos do objeto.

5.4 A ferramenta deverá possibilitar a abertura de chamados pela equipe de SUPORTE da Divisão de Tecnologia da Informação do DETRAN-RR.

5.5. Peças: O serviço de manutenção ON-SITE inclui o fornecimento, a substituição das peças defeituosas, manutenção de softwares e monitoramento do equipamento do objeto contratado.

5.6. Manutenções: As manutenções preventiva e corretiva serão de responsabilidade da contratada, bem como os custos inclusos no total da prestação de serviços.

5.7. A CONTRATADA deverá indicar os profissionais responsáveis para manutenções e assistência técnica.

5.8. Após a finalização dos trabalhos/manutenções realizados, a CONTRATADA deverá oficializar o término dos trabalhos, encaminhando relatório dos ativos atendidos e dos problemas ocorridos para os equipamentos que eventualmente não foram contemplados para conhecimento da equipe de suporte técnico da autarquia.

5.9 Manutenção Corretiva: A CONTRATADA deverá realizar serviços de manutenções corretivas nos seus respectivos ativos de TI sempre que for demandado por meio de incidentes registrado pelo usuário do equipamento ou pela Divisão de Tecnologia da Informação DETRAN-RR.

5.10. Os serviços de manutenção corretiva serão executados de forma a manter o nível de serviço esperado:

- Nível de Serviço esperado é de 90% dos incidentes abertos serem atendidos dentro dos parâmetros de solução acordados.

5.11. O atendimento de 1º, 2º e 3º níveis pertinente às responsabilidades da CONTRATADA serão em Regime 6x5 (seis horas (corridas) por dia, 5 dias da semana), devendo ser realizado no horário comercial, de Segunda a Sexta-Feira, das 8:00 às 14:00 sem intervalo de almoço.

5.12. Intervenções: Os chamados técnicos deverão ser atendidos no máximo em até:

LOCAL ATENDIMENTO	DE	SLA	DEFINIÇÃO
BOA VISTA	03	HORAS ÚTEIS	ATENDIMENTO SEM TROCA DE PEÇAS OU EQUIPAMENTO
	06	HORAS ÚTEIS	TROCA DE PEÇA OU EQUIPAMENTO
DEMAIS MUNICÍPIOS (Ciretrans)	24	HORAS ÚTEIS	ATENDIMENTO SEM TROCA DE PEÇAS OU EQUIPAMENTO
	48	HORAS ÚTEIS	TROCA DE PEÇA OU EQUIPAMENTO

a. Horas úteis compreendem o período de 08:00 às 14:00 de segunda a sexta;

b. Não contabilizam horas úteis: os feriados, fim de semanas e pontos facultativos comunicados à CONTRATADA pela CONTRATANTE.

5.13. Serviços de Instalação, Configuração:

a. A contratada deverá executar os serviços de instalação e implementação de todos os hardwares e softwares;

b. Garantir de que os serviços, já em produção, não tenham descontinuidade por motivo da implementação da solução;

c. A CONTRATADA DEVERÁ customizar todas as configurações de hardware e software fornecidos para atender as necessidades do DETRAN-RR, em conformidade com as melhores práticas e guia deployment

do fabricante para a solução adquirida.

5.14. Todos os equipamentos deverão ser da mesma cor. Todos os equipamentos a serem entregues deverão ser idênticos, ou seja, todos os componentes externos e internos de mesmo modelo e marca. Caso algum componente não mais se encontre disponível no mercado, admitem-se substitutos com qualidade e características idênticas ou superiores, desde que mediante a uma nova homologação por parte da TI do DETRAN-RR.

5.15. Os equipamentos que forem entregues ao DETRAN-RR deverão ser novos. Não serão aceitos equipamentos usados e/ou reconicionados.

5.16. Cada equipamento deverá possuir uma etiqueta patrimonial fornecida pela CONTRATADA contendo como informações básicas:

- a. Número único do equipamento
- b. Número do contrato;

5.17. A etiqueta deverá ser fixada em local de fácil visualização.

5.18. A contratada deverá encaminhar listagem em meio digital contendo o número de identificação do equipamento e a localidade onde será instalado.

6. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” e 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021)

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do(a) expedição da Ordem de Fornecimento, em remessa única.

6.1.1. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.1.2. Os bens deverão ser entregues no endereço Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 4214, Aeroporto – Boa Vista/RR, no horário das 8h às 14h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados (DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito), previsto na Ordem de Fornecimento.

6.1.3. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 7 dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.1.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.1.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 8 dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.1.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.2. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

7.3.1. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

7.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

7.4. A contratada será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

7.5. A contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.6. Somente a contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

7.6.1 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

7.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).

7.9. Antes do pagamento da nota fiscal, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

7.10. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 17, da Lei nº 14.133/2021)

8.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

8.1.1. SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

8.2. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.3. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.4. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

8.4.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

8.4.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.4.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.4.4. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

8.4.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.4.6. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual

8.4.6.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. Termo de Referência – Compras – Lei nº 14.133/21 – Contratação Direta Atualização: Junho/2022 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.4.7. prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.4.7.1. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

9. DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA:

9.1 A quantidade dos objetos a serem fornecidos estão descritos na tabela de descrição, especificação e quantitativo deste termo, e deverá ocorrer de forma única, não escalonada, em único pedido, a contar do recebimento da Requisição do Produto ou Ordem de Serviço.

9.2 A entrega do(s) produto(s) será acompanhada e fiscalizada pelo chefe da Seção de Rede de Computadores do DETRAN/RR, designado(s) para esse fim;

9.3 Os equipamentos, licenças, materiais e acessórios serão recebidos mediante termo/atesto de recebimento, assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após o recebimento da formalização, por parte da CONTRATADA, comunicando a finalização da entrega de todos os equipamentos, licenças, materiais e acessórios no local determinado.

9.4. As especificações serão conferidas através de verificação técnica dos hardwares, nos manuais técnicos correspondentes aos equipamentos do FABRICANTE, contendo as características técnicas.

9.5. Caso seja comprovado pela CONTRATANTE que os equipamentos, licenças, materiais e acessórios não tenham sido entregues integralmente, ou eventualmente venham a ser recusados, no todo ou em parte, por apresentarem defeitos ou avarias, ou não atendam às especificações técnicas e requisitos estabelecidos neste TERMO DE REFERÊNCIA, a CONTRATADA terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis, para concluir as pendências, sem ônus para a CONTRATANTE, sendo interrompido o processo de recebimento até que a CONTRATADA substitua os itens não atendidos conforme especificado pelas partes.

9.6 A assinatura de atesto e recebimento, destacando a entrega de todos os itens, indica que o objeto recebido está conforme o Contrato, ficando a CONTRATADA quitada dos encargos contratuais, porém, permanecendo sua responsabilidade pelo perfeito funcionamento dos equipamentos e manutenção corretiva on-site durante o prazo de garantia.

9.7. No ato de entrega do objeto, a CONTRATADA deverá apresentar documento fiscal válido correspondente ao fornecimento.

9.8. No valor da proposta aceita deverão estar inclusos os custos inerentes à execução do contrato ou documento equivalente, não sendo o mau planejamento ou má formação do preço, motivo para inexecução total ou parcial do objeto;

9.9 O serviço será prestado na Seção de Redes de Computadores (SERC), do Departamento de Estadual de Trânsito de Roraima – DETRAN/RR, localizado na Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, nº 4214, Aeroporto e fiscalizados conforme rege este termo.

9.10 O período de entrega poderá ser alterado a critério da CONTRATANTE, desde que solicitado pela autoridade competente ou pelo Fiscal do Contrato, acompanhado de solicitação formal da CONTRATADA.

9.11 Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com os prazos de entrega estabelecidos, deverá encaminhar ao DETRAN-RR solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: Motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.

9.11.1 A comprovação de que trata esta cláusula deverá ser promovida não apenas pela alegação da empresa CONTRATADA, mas por meio de documento que relate e justifique a ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, Boletim de Ocorrência de Sinistro, ou outro equivalente.

9.12. De acordo com o anexo da Resolução 242 da ANATEL, Art. 2º, em seu inciso I, todos os produtos de telecomunicações devem estar em conformidade com os regulamentos e as normas adotadas pela ANATEL.

9.12.1 Todos os equipamentos ofertados devem possuir certificado de homologação emitido pela ANATEL.

9.13. A forma de comunicação deverá ser preferencialmente via e-mail corporativo, conforme informações abaixo:

- E-MAIL: diti@detran.rr.gov.br / serc@detran.rr.gov.br

10. PAGAMENTO

10.1. Preço

10.1.1. O valor total da contratação é de **R\$ 57.988,32 (cinquenta e sete mil novecentos e oitenta e oito reais e trinta e dois centavos)**.

10.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

10.2. Forma de pagamento

10.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

10.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.3. Prazo de pagamento

10.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal.

10.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3.3. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

10.4. Condições de pagamento

10.4.1. A emissão da Nota Fiscal será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

10.4.2. Quando houver glosa parcial do objeto, à contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

10.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante.

10.4.5. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

10.4.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.4.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.4.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.4.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

10.4.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.4.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.4.11.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.4.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

11.1. São obrigações da Contratante:

11.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

11.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.1.3. Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

11.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

11.1.5. Efetuar o pagamento a Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

11.1.6. Aplicar a Contratada, sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

11.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

11.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.1.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

11.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

12.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste termo de referência e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

12.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

12.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.1.3. comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo contratante, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.1.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá enviar a contratante os seguintes documentos:

1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; E

5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

12.1.8. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.1.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

12.1.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.1.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.1.12. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

12.2 Os interessados deverão se atentar a IN RFB nº 1234/2012 alterada pela IN RFB nº 2145/2023, que dispõe sobre a Retenção Tributos sob Pagamentos efetuados à Pessoa Jurídica.

13. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a Contratada que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);

c) Multa:

(1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto ou sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de inexecução parcial;

13.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º).

13.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

13.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

13.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

13.9. A Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Programa de trabalho: 06.122.010.4531

Natureza da despesa: 3.3.90.40.00

Fonte: 1.501 C.O: 0150

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº. 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº. 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº. 14.133, de 2021.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA DIVULGAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº. 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 10, VI, do Decreto n. 20.477-E, de 2016.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Cidade de Boa Vista/RR para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste Instrumento, que não possam ser resolvidas administrativamente.

CONTRATANTE:

Gueres Pereira Mesquita
Diretor-Presidente *Interino*
DETRAN/RR

CONTRATADA:

Daniel Medeiros Lima
T C DE ANDRADE MEDEIROS
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

Frederico Oliveira Martins De Araújo
Gestor de Contratos
DETRAN/RR

Nalva Alejandra Araújo Urrieta
Assessora Especial
DETRAN/RR



Documento assinado eletronicamente por **Frederico Oliveira Martins de Araújo, Gestor de Contratos**, em 18/06/2024, às 14:30, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Nalva Alejandra Araújo Urrieta, Assessor Especial**, em 18/06/2024, às 14:33, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **daniel medeiros lima, Usuário Externo**, em 18/06/2024, às 14:51, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Gueres Pereira Mesquita, Diretor Presidente**, em 26/06/2024, às 23:47, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço <https://sei.rr.gov.br/autenticar> informando o código verificador **13298836** e o código CRC **CAC64DF1**.
